



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO X — N.º 5

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 8 DE JANEIRO DE 1955

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Convocação de sessão conjunta para apreciação de "veto" presidencial

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição Federal e art. 45 do Regimento Comum, convocou as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 28 do mês em curso, às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei n.º 666, de 1951, na Câmara dos Deputados, e n.º 19, de 1952, no Senado, que acrescenta parágrafo ao art. 8.º da Lei n.º 1.181, de 17 de Agosto de 1950 (que autoriza a abertura de crédito destinado a subvencionar empresas de transporte aéreo).

Senado Federal, em 7 de Janeiro de 1955

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

Vice-Presidente, no exercício
da Presidência

Dia 10, às 14,30 horas:

Veto (total) ao Projeto n.º 28, de 1950, na Câmara dos Deputados, e n.º 52 de 1951, no Senado Federal, que cria novos órgãos da Justiça do Trabalho, e dá outras providências.

Dia 11, às 21 horas:

Veto (total) ao Projeto n.º 2.669, de 1952, na Câmara dos Deputados, e n.º 259, de 1953, no Senado Federal, que modifica o art. 199 do Decreto-lei n.º 7.661, de 21 de junho de 1945, que dispõe sobre prescrição de crime falimentar.

Dia 12, às 14,30 horas:

Veto (total) ao Projeto n.º 1.146, de 1949, na Câmara dos Deputados e n.º 43, de 1954, no Senado Federal, que reajusta a aposentadoria e pensão dos bancários.

Dia 13, às 21 horas:

Veto (parcial) ao Projeto n.º 1.519, de 1951, na Câmara dos Deputados e n.º 54, de 1954 no Senado Federal, que regula a inatividade dos Militares.

Dia 14, às 14,30 horas:

Veto (parcial) ao Projeto n.º 1.069, de 1950, na Câmara dos Deputados, e n.º 19, de 1951, no Senado Federal, que reorganiza as Secretarias do Ministério Público Federal, cria a respectivo quadro do pessoal, reajusta seus servidores, cargos e vencimentos, e dá outras providências.

Convocação feita em 23 de dezembro de 1954

Dia 18, às 14,30 horas:

Veto (total) ao Projeto de Lei (n.º 2.825, de 1953, na Câmara dos Deputados e n.º 337, de 1953, no Senado Federal, que estende aos subtenentes e sargentos que participaram da campanha da Itália, habilitados com o curso de Comandante de Pelotão, Seção ou equivalente, os benefícios da Lei n.º 1.782, de 24 de dezembro de 1952, assegura promoção, ao serem aposentados, aos funcionários civis da União e de entidades autárquicas que prestaram serviço militar nas Forças Armadas durante a última guerra, e dá outras providências.

Convocação feita em 27 de dezembro de 1954

No dia 19 de Janeiro, às 21 horas:

Veto (total) ao Projeto n.º 905, de 1951, na Câmara dos Deputados e n.º 92, de 1953, no Senado Federal, que concede a pensão mensal, vitalícia, de Cr\$ 3.500,00, ao Prof. Luís Alves dos Santos.

No dia 20 de Janeiro, às 14,30 horas:

Veto (total) ao Projeto (n.º 4.218, de 1954, na Câmara dos Deputados e número 220, de 1954, no Senado Federal), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 500.000,00), para ocorrer às despesas com a realização da Festa da Laranja.

No dia 21 de Janeiro, às 21 horas:

Veto (total) ao Projeto (n.º 2.486, de 1952, na Câmara dos Deputados e n.º 96, de 1954, no Senado Federal), que cria o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Economistas e dá outras providências.

No dia 24 de Janeiro, às 14,30 horas:

Veto (total) ao Projeto (n.º 501, de 1951, na Câmara dos Deputados e número 140, de 1954, no Senado Federal), que cria, no Quadro da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, três funções gratificadas de secretário de Turma de Julgamento.

Convocação feita em 28 de dezembro de 1954

No dia 25 de Janeiro, às 21 horas:

Veto (parcial) ao Projeto de Lei n.º 258, de 1951, na Câmara dos Deputados, e n.º 162, de 1953, no Senado Federal, que dispõe sobre o provimento de cargos da carreira de Detetive do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Departamento Federal de Segurança Pública.

No dia 26 de Janeiro, às 14,30 horas:

Veto (total) ao Projeto de Lei (n.º 1.978, de 1952, na Câmara dos Deputados, e n.º 320, de 1953, no Senado Federal), que dispõe sobre a carreira de Agente Fiscal de Imposto de Renda.

Convocação feita em 5-1-1955

No dia 27 de Janeiro, às 21 horas:

Veto (total) ao Projeto de Lei (n.º 4.044, de 1954, na Câmara dos Deputados e n.º 124, de 1954, no Senado Federal), que retifica a Lei n.º 2.135, de 14-12-1953, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1954.

5.ª sessão conjunta

4.ª sessão legislativa extraordinária

2.ª legislatura

Em 10 de janeiro de 1955, às 14,30 horas.
no Palácio Tiradentes

ORDEM DO DIA

Veto presidencial (total) ao Projeto de Lei n.º 28, de 1950, na Câmara dos Deputados, e n.º 52, de 1951, no Senado, que cria novos órgãos da Justiça do Trabalho e dá outras providências; tendo Parecer, sob número 19, de 1954, da Comissão Mista designada nos termos do art. 46 do Regimento Comum.

SENADO FEDERAL

Relação das Comissões

Comissões Permanentes

Comissão Diretora

- 1 — Marcondes Filho — Presidente.
- 2 — Alfredo Neves — 1.º Secretário.

3 — Vespasiano Martins — 2.º Secretário.

4 — Carlos Lindenberg — 3.º Secretário.

5 — Ezequias da Rocha — 4.º Secretário.

6 — Prisco dos Santos — 1.º Suplente.

7 — Costa Pereira — 2.º Suplente.
Secretário — Luiz Nabuco, Di-
retor Geral da Secretaria.

Reuniões às quintas-feiras, às 10 horas.

Constituição e Justiça

Dario Cardoso — Presidente.
Aloysio de Carvalho — Vice-Presi-
dente.

Anísio Jobim.
Atílio Vivacqua.
Ferreira de Souza.
Flávio Guimarães.
Gomes de Oliveira.
Joaquim Pires.
Luiz Tinoco.
Nestor Massena.
Olavo Oliveira. (*)

(*) Substituído pelo Sr. Mozart Lago.

Secretário — Luiz Carlos Vieira da Fonseca.

Auxiliar — Marília Pinto Amando.
Reuniões — Quartas-feiras, às 9,30 horas.

Economia

1 — Pereira Pinto — Presidente.

2 — Euclides Vieira — Vice-Presi-
dente.

3 — Sá Tinoco. (*)

4 — Júlio Leite.

5 — Costa Pereira.

6 — Plínio Pompeu.

7 — Gomes de Oliveira.

(*) Substituído pelo Senador Nestor Massena.

Secretário — Aroldo Moreira.

Reuniões às quintas-feiras.

Educação e Cultura

1 — Flávio Guimarães — Presi-
dente.

2 — Cícero de Vasconcelos — Vice-
Presidente.

3 — Arêa Leão.

4 — Hamilton Nogueira.

5 — Levindo Coelho.

6 — Bernardes Filho.

7 — Euclides Vieira.

Secretário — João Alfredo Ravasco de Andrade.

Auxiliar — Carmen Lúcia de Ho-
landa Cavalcanti.

Reuniões às quintas-feiras, às 15 horas.

Finanças

Ivo d'Aquino — Presidente.

Ismar de Góis — Vice-Presidente.

Alberto Pasqualini.

Alvaro Adolpho.

Apolonio Sales.

Flávio Guimarães.

César Vergueiro.

Domingos Velasco.

Durval Cruz.

Euclides Vieira.

Mathias Olympio.

Pinto Aleixo.

Plínio Pompeu.

Veloso Borges.

Victorino Freire.

Walter Franco.

Secretário — Evandro Mendes

Vianna, Diretor de Orçamento.

Reuniões às quartas e sextas-feiras, às 15 horas.

Legislação Social

1 — Gomes de Oliveira — Presi-
dente.

2 — Luiz Tinoco — Vice-Presi-
dente.

3 — Hamilton Nogueira.

4 — Rui Carneiro.

5 — Othon Mäder.

6 — Kerginaldo Cavalcanti.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
HELMUT HAMACHER

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00
Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 196,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 39,00
Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 108,00

— Excetnadas as para e exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

7 — Cícero de Vasconcelos.
Secretário — Pedro de Carvalho Muller.
Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.
Reuniões às segundas-feiras.

Redação

1 — Joaquim Pires — Presidente.
2 — Aloysio de Carvalho.
3 — Bandeira de Melo.
4 — Carvalho Guimarães.
5 — Costa Pereira.
Secretário — Cecília de Rezende Martins.

Auxiliar — Nathércia de Sá Leitão.
Reuniões às quartas-feiras, às 15 horas.

Relações Exteriores

1 — Georgino Avelino — Presi-
dente.
2 — Hamilton Nogueira — Vice-
Presidente.
3 — Novaes Filho.
4 — Bernardes Filho.
5 — Djair Brindeiro.
6 — Mathias Olympio.
7 — Assis Chateaubriand. (***)
8 — João Villasboas. (***)
(***) Substituído interinamente pelo Senador Cícero de Vasconcelos.
(****) Substituído interinamente pelo Senador Sílvio Curvo.

Secretário — J.B. Castefjon Branco.
Reuniões — Segundas-feiras, às ... horas e 30 minutos.

Saúde Pública

Levindo Coelho — Presidente.
Alfredo Simch — Vice-Presidente.

Prisco dos Santos.
Vivaldo Lima.
Secretário — Aurea de Barros Rêgo.
Reuniões às quintas-feiras, às 16 horas.

Segurança Nacional

1 — Pinto Aleixo — Presidente.
2 — Onofre Gomes — Vice-Presi-
dente.
3 — Magalhães Barata.
4 — Ismar de Góis.
5 — Sílvio Curvo.
6 — Walter Franco.
7 — Roberto Glasser.

Secretário — Ary Kerner Veiga de Castro.
Reuniões às segundas-feiras.

Serviço Público Civil

1 — Prisco dos Santos — Presi-
dente.
2 — Luiz Tinoco — Vice-Presi-
dente.
3 — Nestor Massena.
4 — Vivaldo Lima.
5 — Djair Brindeiro.
6 — Mozart Lago.
7 — Júlio Leite.

Secretário — Julieta Ribeiro dos Santos.
Reuniões às quartas-feiras, às 16 horas.

Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Euclides Vieira — Presidente.
Onofre Gomes — Vice-Presidente.
Alencastro Guimarães. (*)
Othon Mäder.

Antonio Bayma.
(*) Substituído pelo Sr. Neves da Rocha.
Secretário — Francisco Soares Ar-
ruda.
Reuniões às quarta-feiras, às horas.

14.ª SESSÃO DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA EM 11 DE JANEIRO DE 1955

Oradores inscritos para o Expediente

- 1.º sen. — Vivaldo Lima
- 2.º sen. — Guilherme Malaquias
- 3.º sen. — Ismar de Góis

ATA DA 13.ª SESSÃO DA 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 2.ª LEGISLATURA, EM 7 DE JANEIRO DE 1955

Presidência dos srs. Marcondes Filho e Alferdo Neves.

As 14 hoars e 30 minutos compareceram os srs. senadores:

Carvalho Guimarães — Victorino Freire — Arêa Leão — Mathias Olympio — Joaquim Pires — Onofre Gomes — Olavo Oliveira — Kerginaldo Cavalcanti — Georgino Avelino — Ruy Carneiro — Novaes Filho — Cícero de Vasconcelos — Ismar de Góis — Durval Cruz — Aloysio de Carvalho — Carlos Lindenberg — Alfredo Neves — Guilherme Malaquias — Mozart Lago — Nestor Massena — Cesar Vergueiro — Marcondes Filho — Costa Pereira — Sílvio Curvo — João Villasboas — Ivo d'Aquino — Alberto Pasqualini; (28).

Deixam de comparecer os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima — Bandeira de Melo — Anísio Jobim — Prisco dos Santos — Alvaro Adolpho — Magalhães Barata — Plínio Pompeu — Ferreira de Souza — Velloso Borges — Assis Chateaubriand — Apolonio Sales — Djair Brindeiro — Ezequias da Rocha — Júlio Leite — Walter Franco — Pinto Aleixo — Luiz Tinoco — Atílio Vivacqua — Sá Tinoco — Pereira Pinto — Hamilton Nogueira — Bernardes Filho — Levindo Coelho — Euclides Vieira — Domingos Velasco — Dario Cardoso — Vespasiano Martins — Othon Mäder — Flávio Guimarães — Roberto Glasser — Gomes de Oliveira — Agripa de Faria — Alfredo Simch — Camilo Mercies (25).

O SR. PRESIDENTE:

Acham-se presentes 28 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão. Vai-se proceder à leitura da ata.

O SR. 2.º SUPLENTE:

(Servindo de 2.º Secretário), procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O SR. 1.º SECRETÁRIO:

Lê-o seguinte.

Expediente

Mensagens:

De ns. 7 a 15 de 1955, do Sr. Presidente da República, devolvendo autógrafos dos Projetos de Leis da Câmara ns. 76, e 7, 184, 77, 104, 55 e 132-54 e 314-53, já sancionados e acusando o recebimento dos de Decretos Legislativos de ns. 69 a 78-54.

Mensagem n.º 16. de 1955

N.º 7.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso da atribuição que me conferem os artigos 70, § 1.º, e 87, II, da Constituição Federal, resolvi negar sanção ao Projeto de Lei da Câmara n.º 666, de 1951 (no Senado, n.º 19-52), por considerá-lo contrário aos interesses nacionais, pelas razões que posso a expor.

A Lei n.º 1.181, de 17 de agosto de 1950, foi ditada precipuamente pela situação financeira das empresas nacionais de navegação aérea, designadas para linhas internacionais. Tem a mesma em vista auxiliar, à maneira do que fazem outros países, por esse ou outros meios, as empresas nacionais que enfrentam forte concorrência estrangeira.

O "quantum" então estabelecido, como subvenção, foi cuidadosamente examinado. Além disso, fixado em 1950, certamente já não há de representar, hoje, o mesmo auxílio que representava aquela data.

O projeto, se convertido em lei, faria diminuir, de modo sensível, a receita daquelas empresas, pois é sabido que o transporte da mala postal aérea é um dos itens apreciáveis daquela receita. Outrossim, a obrigação de efetuar o transporte "ainda que em combinação com outras empresas congêneras", necessariamente estrangeiras, pois a nossa política aérea é contrária à competição de empresas nacionais na mesma rota, poderá levar os transportadores nacionais a contraírem débitos em moeda forte com seus competidores estrangeiros, sempre que, por motivo de interrupção técnica de um voo, peso disponível ou causa semelhante, sejam obrigadas a transferir para os últimos as malas que deveriam eles mesmos transportar.

O Governo iria retirar, por um lado, parte daquilo que, por outro, dá a título de subvenção. Não seria de estranhar, portanto, se, dentro em pouco, as empresas abrangidas pelo projeto recorressem ao Governo para reforçar a subvenção que ora recebem, alegando a diminuição da receita em vista da nova obrigação. Já são bastante, seguramente, as obrigações impostas às empresas pela lei que ora se deseja modificar.

São estas as razões que me levaram a negar sanção ao projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Rio de Janeiro, em 4 de janeiro de 1955. — Nereu Ramos.

A Comissão Mista incumbida de emitir parecer.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 19, de 1952

Acrescenta parágrafo ao artigo 8.º da Lei n.º 1.181, de 17 de agosto de 1950, que autoriza a abertura de crédito especial destinado a subvencionar empresas de transporte aéreo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — O artigo 8.º da Lei número 1.181, de 17 de agosto de 1950, passa a ter o seguinte parágrafo único.

"Parágrafo único: As mesmas empresas são ainda obrigadas a transportar, com isenção de taxas e ônus de qualquer natureza, as malas diplomáticas trocadas entre a Secretaria de Estado das Relações Exteriores e as Missões diplomáticas do Brasil em países servidos por suas respectivas linhas, ainda que em combinação com outras empresas congê-

res, ficando estabelecido o peso máximo de 3 (três) quilogramas para cada mala diplomática, inclusive o respectivo recipiente".

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ofícios:

— Dez, da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafos dos Projetos de Leis da Câmara ns. 361-50, 89, 173, 15, 234, 363 e 376-53 e 14 e 36-54, já sancionados.

Da Mesa da Casa, sob n.º 0027, encaminhando autógrafos do seguinte

Projeto de Decreto Legislativo N.º 1, de 1955

(4976-A-54, na Câmara).

Que fixe os subsídios do Presidente e Vice-Presidente, da República, no período presidencial de 1956 a 1961.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º São fixados os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República, no período presidencial de 1956 a 1961, em Cr\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil cruzeiros) e Cr\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil cruzeiros), mensais, respectivamente.

Art. 2.º Perceberá, também, o Presidente da República, nesse período, uma verba de representação no valor de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros).

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Veto N.º 2, de 1955

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, nos termos do § 3.º, e para os fins do § 4.º, do art. 14, da Lei Orgânica, o Projeto de Lei n.º 719, de 1952, da Câmara dos Vereadores, que me foi enviado em 27 de dezembro passado, e ao qual neguei sanção, parcialmente, excetuado o seu art. 5.º, por considerá-lo contrário aos interesses do Distrito Federal, como abaixo se demonstrará.

2. Pelo referido Projeto de Lei, são estendidos os favores do art. 5.º da Lei n.º 686, de 28 de dezembro de 1951, e concedidas diversas pensões anuais a diferentes pessoas ali indicadas.

3. A concessão de tais favores a viúvas e alguns funcionários municipais é precedente injusto e perigoso, por suas consequências imprevisíveis, uma vez que são sem conta os funcionários falecidos que deixam viva e família nas mesmas condições em que devem estar as pessoas beneficiadas pelo Projeto de Lei em aprêço. Todos esses funcionários, portanto, deveriam merecer os mesmos favores, o que tornaria, afinal, terrivelmente onerados os já bastante onerados cofres municipais.

4. No caso deste Projeto, vale acentuar, trata-se de pessoas que, na sua maioria, são pensionistas do Montepio dos Empregados Municipais, amparadas, por conseguinte, pelas vantagens outorgadas pela legislação própria, que, é, ademais, a mesma que se aplica a todos os servidores municipais. Tornado lei o mesmo Projeto, criar-se-ia uma situação de privilégio para um pequeno grupo, sem qualquer razão que a justificasse, em detrimento de toda a classe do funcionalismo municipal.

5. Cumpre observar, ainda, que o Projeto de Lei, em seu artigo 3.º, manda conceder pensão a D. Dulce Evalisto de Moraes na importância mensal de Cr\$ 5.000,00, muito embora já seja a mencionada senhora be-

neficiária da pensão anual de Cr\$ 26.000,00 outorgada pelo art. 5.º da Lei n.º 686, de 28 de dezembro de 1951.

6. Sancionei apenas o art. 5.º do aludido Projeto de Lei, em virtude de vir regularizar situação de antigo débito de servidor falecido, sendo, portanto, justificável que se assegure aos seus herdeiros o direito a esse recebimento.

7. Aguardando o pronunciamento do Egrégio Senado da República sobre o presente veto parcial, aproveito a oportunidade para reafirmar a Vossa Excelência os protestos de meu distinto aprêço. — Alim Pedro, Prefeito do Distrito Federal.

A Comissão de Constituição e Justiça.

A Câmara do Distrito Federal

Resolve:

Art. 1.º São extensivos à viúva do Dr. João Lima Monteiro de Castro — D. Olga Luz Monteiro de Castro — os favores constantes da Lei n.º 686, de 28 de dezembro de 1951 (art. 5.º).

Art. 2.º Fica também concedida a mesma pensão anual de Cr\$ 36.000,00 (trinta e seis mil cruzeiros) à viúva do Dr. Augusto Macedo Costallat; à viúva do Dr. Alberto Moreira da Rocha; à viúva do Dr. João Batista Salema Garção Ribeiro; à Sra. Esther de Souza Valente; a D. Maria de Mello Pinto; ao compositor musical André Filho, autor de "Cidade Maravilhosa"; e à Sra. Elita Cordeiro Viana, viúva de Renato Viana.

Art. 3.º É concedida a pensão anual de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) a D. Dulce Evalisto de Moraes, filha do Dr. Evaristo de Moraes.

Art. 4.º Fica o Prefeito autorizado a abrir créditos especiais, com validade por dois (2) exercícios, para cobrir as despesas decorrentes da presente lei.

Art. 5.º Fica o Prefeito autorizado, por dois exercícios, a abrir o crédito especial de Cr\$ 376.127,70 (trezentos e setenta e seis mil, cento e vinte e oito cruzeiros e setenta centavos), à Secretaria Geral de Administração, para o pagamento aos herdeiros do Professor Ignacio Manoel Azevedo do Amaral, de débito mandado relacionar por despacho exarado no processo n.º 1.017.516/53, correspondente a vencimentos que deixou de receber por motivo do seu falecimento.

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo terá validade por 2 (dois) exercícios, e será compensado na forma do art. 11, parágrafo 3.º das normas aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 2.416, de 17 de julho de 1940.

Distrito Federal, 27 de dezembro de 1954. Levy Neves, Presidente. — Hiran Dutra — 1.º Vice-Presidente. — Soares Sampaio — 1.º Secretário. — Alim Pedro, 2.º Secretário.

Lei n.º 812, de 6-12-55

Estende os favores da Lei número 686/51, nas condições que menciona e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara dos Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — Vetado.

Art. 2.º — Vetado.

Art. 3.º — Vetado.

Art. 4.º — Vetado.

Art. 5.º Fica o Prefeito autorizado, por dois exercícios, a abrir o crédito especial de Cr\$ 376.128,70 (trezentos e setenta e seis mil, cento e vinte e oito cruzeiros e setenta centavos), à Secretaria Geral de Administração, para o pagamento aos herdeiros do Professor Ignacio Manoel Azevedo do Amaral, de dé-

bito mandado relacionar por despacho exarado no processo número 1.017.516/53, correspondente a vencimentos que deixou de receber por motivo do seu falecimento.

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo terá validade por 2 (dois) exercícios, e será compensado na forma do art. 11, parágrafo 3.º, das normas aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 2.416, de 17 de julho de 1940.

Distrito Federal, 6 de janeiro de 1955. — Alim Pedro.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente, no qual figurou a Mensagem contendo as razões do veto presidencial ao Projeto de Lei da Câmara n.º 19, de 1952.

A fim de conhecerem desse veto, convoco as duas casas do Congresso Nacional para sessão conjunta, a realizar-se no dia 8 do mês em em curso, às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes.

Para a Comissão Mista que o deverá relatar designo os Srs. Senadores Ivo d'Aquino, Plínio Pompeu e Guilherme Malaquias.

Continua a hora do expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Assis Chateaubriand, primeiro orador inscrito. (Pausa)

Não se achando presente S. Ex.ª, dou a palavra ao nobre Senador Mozart Lago, segundo orador inscrito.

O SR. MOZART LAGO:

(Não foi revisto pelo orador).

Sr. Presidente, na última reunião do Senado, após a ordem do dia, tive oportunidade de me referir ao modo pelo qual a COFA resolveu atender às recomendações do Presidente da República, Sr. João Café Filho, no sentido de que o preço do pão não fosse aumentado.

Concluí as considerações que então fiz com um apelo, não ao Chefe da Nação, que sabia encontrar-se na Bolívia, mas ao ilustre Chefe da Casa da Casa Militar de S. Ex.ª, o General Juarez Távora, o qual, há pouco tempo, acompanhado de dois outros ilustres membros do Governo atual, foi nomeado para constituir uma comissão de supervisão dos trabalhos da COFAP.

Sr. Presidente, fiz esse apelo porque estou vendo que as providências não serão tomadas, e, a exemplo do que ocorreu, à noite passada, noutra setor onde a disciplina é regra os cariocas terão de vir para a rua quebrar as padarias e os armazéns, para ver se a Força Pública — como aconteceu na Escola Militar — providencia no sentido de esmagar o protesto do povo, cada vez mais vilipendiado pelas autoridades, que o deixam entregue à sanha desabrada dos açambarcadores e dos comerciantes sem escrúpulos.

Tenho em mãos, Sr. Presidente, uma página de "O Globo", na qual se publica a sorte de um padeiro de Kena, no Egito, chicoteado em plena via pública por ter aumentado, indevidamente, o preço do pão.

Aqui está a gravura, como que a mostrar ao carioca o que tem de fazer em virtude da surdez do Governo aos seus clamores.

O aumento a que me refiro constitui um escárnio. A pretexto de não permitir que o preço do pão fosse elevado, a COFAP, a fim de evitar que os moínhos protestassem, permitiu-lhes aumentar o preço de todos os derivados do trigo — farelo, farelinho e remoinho. Assim, encareceu-se, precisamente, a alimentação substantiva e indispensável às aves — que nos dão carne e ovos; aos porcos — que nos fornecem a deliciosa carne hoje mais barata do que a carne verde; e, mesmo, a produção do leite, visto como o gado vacum se

nutre, principalmente, daquelas for-
rações.

O pão, portanto, não subiu de
preço; mas a vida, através do enca-
recimento desses produtos, vai en-
carcar em proporção muito maior do
que se lhe tivesse sido aumentado.

A heróica Saphora que preside, no
momento, a Associação das Donas de
Casa — D.^a Yayá Silveira — em en-
trevista concedida aos jornais ontem
e ante-ontem, refere-se ao eminente
General que se encontra à frente da
CORFAP e o faz ponderando que
S. Ex.^a está sendo ludibriado em sua
boa fé pelos comerciantes, aceitando
como justas todas as razões alegadas.

Nestas condições, Sr. Presidente, a
campanha que as Donas de Casa
haviam deliberado promover, através
da diminuição de compras, a fim de
forçar o comércio a retalho a não
abusar do aumento de preços, está
indo por terra. O ilustre General
Pantaleão Pessoa, em sua boa fé,
proclamada até por um grupo de Se-
nhoras, não percebe que o comércio
o tem em mãos, como bonequinho, e
o movimenta a seu bel-prazer.

Sr. Presidente, renovo meu protesto
porque, ainda hoje, assisti, em Co-
pacabana, a um espetáculo deveras
interessante. Uma senhora, cujo no-
me não tive tempo de indagar, fez
prender um açougueiro que lhe havia
vendido um quilo de carne roubando
no peso e no preço. Teve ela a co-
ragem de pôr a bôca no mundo.
A Rádio Patrulha chegou, e o com-
erciante desonesto foi preso debaixo de
várias e apupos da multidão, a qual
vaiou, inclusive, a Polícia pela de-
mora com que acorreu ao local.

Estou, repito, prevenindo os acon-
tecimentos, e peço novamente ao Ge-
neral Juarez Távora que preste aten-
ção ao assunto, porque não desejo
ver o povo do Rio de Janeiro, e talvez
o do País inteiro que tanto está so-
frendo, entregue ao desespero. *(Muito)*

*Durante o discurso do Sr. Mo-
zart Lago, o Sr. Marcondes Filho,
deixa a cadeira da presidência,
que é ocupada pelo Sr. Alfredo
Neves.*

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente.
Tem a palavra o nobre Senador Rui
Carneiro, terceiro orador inscrito.

O SR. RUY CARNEIRO:

(Não foi revisto pelo orador) —
Sr. Presidente, diante das notícias,
colhidas em fontes fidedignas e já
divulgadas pela Imprensa, segundo
as quais o Poder Executivo, visando
diminuir o déficit orçamentário pre-
visto para 1955, prometeu organizar
um plano de economia na execução
do Orçamento, — respeitando, é cla-
ro, tão só as despesas que estejam
amparadas por lei ou dispositivos
constitucionais —, apresso-me a vir
a esta tribuna fazer ao Sr. Presiden-
te da República e ao Ministro da Fa-
zenda um apelo que é, ao mesmo
tempo, uma advertência patriótica.

Para melhor expressar meu pen-
samento, trouxe escritas algumas
notas, a cuja leitura passo:

Não há como negar uma constan-
te, no pensamento e na ação dos re-
presentantes desta Casa, o bem es-
tar do nosso povo.

Essa verdade é facilmente avalia-
da por quem se der ao trabalho de
compulsar os nossos anais, onde se
ostentam não apenas sua construi-
va atribuição revisora, mas ainda suas
atividades, expressas em iniciativas,
que honram a cultura, a experiência
e a capacidade dos Srs. Legisladores
do Senado. Dentro das limitações
constitucionais, de fato, tem sido fe-
cunda a colaboração do Senado à
vida da República, como órgão de
equilíbrio do nosso sistema legisla-
tivo, ou assembleia federal de repre-
sentantes estaduais, que aqui defen-
dem, com ardor e proveito, os altos

interesses das unidades federadas, vi-
sando-lhes o progresso geral, pelo
bem público.

Embora me excluindo dentre aque-
les que, nesta Casa, são os grandes ar-
tífices dessa tarefa nacional, de ta-
manha magnitude, — não peço
também o ensino, quando me é dado,
de revelar meus elevados propósitos
de bem servir ao meu Estado, ser-
vindo ao meu País.

Vive o nosso povo, atualmente
seus dias mais aflitivos e mais
angustiosos.

A inflação, que tudo desvaloriza, au-
mentando em percentuais assustado-
res, o custo de vida, e consequen-
te criando para o Estado e par-
ticulares o grave problema dos ajus-
tamentos de salários deprecia tam-
bém o homem brasileiro, matéria
prima do nosso engrandecimento ma-
terial, moral e espiritual, que urge
preservar, ao extremo possível, dessa
faina destruidora.

Essa, a nossa maior preocupação!
Entendo, Sr. Presidente, que todo
esforço deverá ser feito para que se
mantenham, em níveis progressistas,
a qualquer custo, os cometimentos
do Governo, ligados à solução dos
problemas populares, especialmente
de Assistência, Saúde e Educação.

A assistência social, entendida no
sentido mais lato, terá sempre que
constituir, notadamente, nos países
em formação, subdesenvolvidos, de
baixo padrão de vida econômica de
suas populações, séria preocupação
governamental, seja como atividade
executiva do governo ou concomitan-
tamente, através de corajosa ajuda
financeira e técnica à iniciativa pri-
vada.

Foi esse, Sr. Presidente, o rigoroso
entendimento que procuramos dar
sobre o magno assunto, quando à
frente da chefia do Executivo da
Paraíba, por cerca de um lustro.
Não esqueçamos os problemas de ba-
se, relacionados com a economia e
as finanças, a assistência social me-
receu da nossa modesta administra-
ção, naquele Estado nordestino, todo
apoio e desenvolvimento possíveis de
prodigalizar a esse importante setor
das nossas atividades de Governo.

Criamos escolas, públicas primá-
rias, em zonas até então desprovidas
desse benefício, edificando, para essa
categoria de ensino, grupos escola-
res nalgumas cidades do interior.
Amparamos o ensino médio e fi-
zemos funcionar a Escola de Professo-
res, antiga aspiração local. Convidá-
mos o ilustre técnico em educação,
Professor Lourenço Filho, para rea-
lizar a reforma do ensino na Paraí-
ba. Ele nos atendeu, promovendo-o
e deixando no Estado como seu exe-
cutor o Doutor Pedro Calheiros Bom-
fim, também conhecido técnico de
educação que, posteriormente, foi
substituído pelo nosso prezado co-
lega Senador Abelardo Jurema. Os
novos métodos foram proveitosos pa-
ra o ensino no meu Estado. Instituí-
mos e chegamos a dar início a uma
cadeia de postos de saúde para toda
Paraíba; tecnicamente planejada pe-
lo órgão especializado da adminis-
tração, ao lado da outra, comple-
mentar, de hospitais regionais, que
pudesse, em perfeita entrosagem
funcional com a primeira, assegurar-se
dentro dos recursos financeiros
disponíveis contando com a contri-
buição federal e de associações fi-
dúcia e sanitária às populações do in-
terior. Concluímos com a colabora-
ção da então Inspeção Federal de
Obras Contra as Secas, e fizemos
funcionar o Hospital Regional de
Cajazeiras. Enquanto isso ocorria, era
adquirida em Patos, por nossa in-
fluência junto à L. B. A., a Casa de
Saúde "São Geraldo", que logo pas-
sou a funcionar como hospital regio-
nal, ao mesmo tempo em que o Go-

Grande Hospital Regional de Patos,
já hoje inaugurado, graças aos au-
xílios federais e ao desvelado inter-
resse do eminente Governador José
Américo e do operoso Prefeito local,
Sr. Darcílio Wanderley.

No afã de bem servir ao homem ru-
ral, deixamos vários, daqueles pos-
tos de saúde em pleno funcionamen-
to, em prédios próprios, e procura-
mos dar eficiência aos já existentes.

Na capital do Estado, com os re-
cursos que amigos dedicados facultar-
am, de bom grado, ao Interventor,
pudemos, como ocorreu com o "Or-
fanato Dom Ulrico", ampliar a rede
de assistência aos órfãos sem arri-
mo. Igualmente o fizemos quanto à
velhice desamparada, ora construín-
do novas dependências, ora fortale-
cendo os meios financeiros de manu-
tenção das instituições no gênero, co-
mo aconteceu com o "Asilo de Men-
dicidade Carneiro da Cunha", de
João Pessoa, que construímos um
magnífico conjunto ao lado do an-
tigo que hoje está servindo de al-
bergue noturno. Cooperamos, dan-
do apoio integral, com a iniciativa
da benemérita D. Adalgisa Cunha,
viúva do saudoso magistrado Dr.
Clímaco Xavier da Cunha na cria-
ção do Instituto dos Cegos, hoje uma
notável realidade. Procuramos ain-
da, Sr. Presidente, à frente do Go-
verno do Estado, dar novo sentido,
mais humano e científico, ao sistema
penitenciário vigente, construindo
e fazendo funcionar a Colônia Penal
e Agrícola de Mangabeira, destinada
a sentenciados de bom comporta-
mento, tendo idêntica atitude com o
Centro de Reeducação Social, que
fundamos para as mulheres transvi-
adas do crime que, em reclusão espe-
cializada, poderão alcançar a tão al-
meada recuperação no seio da so-
ciedade. Edificamos e pusemos im-
ediatamente em funcionamento, com
os recursos do Estado, o Manicômio
Judiciário, para, em casos pertin-
tes, assistir tecnicamente os julga-
mentos da Justiça e acabar de vez

com o doloroso espetáculo da pro-
teção, nas prisões, de detento-
sados e infantes mentais. Vale a pe-
na lembrar, neste momento, a ho-
menagem que a Paraíba, naquel-
la oportunidade, prestou ao saudoso e
com o doloroso espetáculo da pro-
fessor Heitor Carrilho, nosso con-
vidado especial para inaugurar aquela
obra. No seu discurso, por ocasião
daquela solenidade, na nossa Cam-
bá, recordo bem, ele não somente
exaltou o vulto e a importância da
realização, como também salientou
aquele estabelecimento, no gê-
nio, o quinto do Brasil e o primeiro
do País da viciosa do novo Código
Penal, o que muito sensibilizou os
presençaes que o ouviram.

Sr. Presidente, cabe aqui um co-
mentário. Antes da construção do
novíssimo Henrique Dantas, que ali
havia a Colônia Julião Moreira, en-
de eram recolhidos os loucos, num
ambiente de lamentável da homens
mulheres e crianças. O espetáculo era
dos mais dolorosos.

Daí por que construímos o Peni-
tenciário Henrique Dantas, destinado à As-
sistência a mulheres psicopáticas.
Esta foi outra obra, com que o me-
u Governo deu um passo nas instalações de
reclusão da Colônia Julião Morei-
ra em João Pessoa.

No setor da Assistência maternal e
infantil, edificamos, instalamos e fi-
zemos funcionar, com os recursos do
Estado, um Posto de Higiene e Con-
servação das Amas de leite, no povoado
militar da Capital, e, com a
ajuda federal, uma imponente ma-
nobra, a que demos o nome de "Ca-
sa de Varas", como justa homenagem
ao seu patrono e eminente e saudoso
Presidente Getúlio Vargas, a qual
contém dependências para todos os
seus atendimentos obstetáricos inclu-

sive acomodações para as atividades
de puericultura e serviços de Gine-
cologia.

Encontrando na Praia de Tambau
construído pelo Governo Federal um
edifício que se destinava à instalação
de um Sanatório de Tuber culosos e
conseqüente o local contra marcado
para aquela finalidade, conseguimos
nosso o mesmo transferido ao Estado
para que o utilizássemos como Colô-
nia de férias para escolares pobres.

Ampuamos esse prédio com dois
pavilhões grandes e o adaptamos à
sua nova finalidade.

Instalações congnas foram exe-
cutadas, Sr. Presidente, para que as
crianças pobres do sertão, que não
conheciam o mar, fossem trazidas até
o litoral, o que lhes causava intensa
alegria.

Durante o nosso Governo, este esta-
belecimento funcionou reconhecendo na
época ao vero crianças dos grupos
escolares do interior selecionados pe-
lo critério de aproveitamento intelectual
e necessidade físicas.

No Centro de Saúde da Capital,
criamos a Cantina, Maternal e pré-
escolar para ges. antes e crianças que
frequentavam aquele serviço.

Ainda com a cooperação da Presi-
dente da L.B.A., conseguimos cons-
truir o "Hospital Arlindo Marques dos
Reis" para crianças tuberculosas, que
lá funciona e abriga dezenas daquelas
criaturinhas de ambos os sexos e,
também, o Ambulatório "Dezembor-
gador José Novais", junto à Santa
Casa de Misericórdia, para os serviços
externos de atendimentos a enfer-
mos.

Reconstruímos e pusemos a funcio-
nar o "Hospital Osvaldo Cruz" que
ficou destinado exclusivamente à Po-
lícia Militar do Estado.

Para atender aos hansenianos apa-
relhamos e pusemos a funcionar tam-
bém o "Hospital Colônia Getúlio Var-
gas" que tinha sido construído pelo
Governo Federal e estava fechado ha-
via cerca de dois anos.

Eis, Sr. Presidente, um resumo
abreviado das principais realizações,
no campo de Assistência Social, de um
Governo que para tanto teve a chan-
ce de contar com a denodada e bri-
lhante participação de uma equipe de
homens que o honraram com o seu
trabalho dedicado e eficiente.

Sem falsa modestia, não posso de-
ixar de salientar que tudo isto foi fei-
to durante um período terrível da
guerra e seca, estando a Paraíba sem
um dos seus principais impostos: ex-
portação dos nossos produtos.

Aqui, no Senado Federal, outra não
tem sido, Sr. Presidente, a nossa pre-
ocupação dominante: esforçar-nos por
atender aos reclamos do novo paraí-
bano nesse setor assistencial. Com
que constrangimento na elaboração da
última Lei de Melos da União, dei-
xamos de contemplar várias entida-
des de assistência médica ou cultural,
reconhecidamente necessitadas, e que
vêm prestando relevantes serviços à
população rural do meu Estado!

Refiro-me, Sr. Presidente e Senho-
res Senadores, ao quase frustrado em-
penho para ver melhor aguinhoado,
em suas mínguas dotações, diante
do vulto das suas tarefas, o Serviço
Especial de Saúde Pública, entidade
inter-americana, que tantos benefi-
cios tem proporcionado ao Brasil, e,
recentemente, à Paraíba.

Instituído, em nosso País, como re-
sultado de um Convênio assinado, há
cerca de 12 anos, entre o Brasil e os
E.E.U.U. da América do Norte, como
esforço de Guerra para maior produ-
ção de borracha no Amazonas ampa-
rando, do ponto de vista médico, o
trabalhador rural, o SESP, como
abreviadamente convencionou-se cha-
má-lo, logo se tornou, pelo alto pa-
drão de sua técnica e real eficiência
da sua administração, um exemplar
instrumento de progresso médico —
sanitário, a serviço de todo o Brasil.
Porque a su anável obra realizada
na Amazônia, de tal modo projetou-o
no conceito geral, que de logo lhe
foram atribuídas novas áreas de tra-

balho, como o Vale do Rio Doce, o Vale do São Francisco e a região do Nordeste, onde, atualmente, vem desenvolvendo fecundo plano de trabalho, não só no Campo da Medicina preventiva e curativa, mas também no terreno das obras de saneamento. Na Paraíba, visitei ultimamente, tudo o que ali vem efetivando o SESP, através de quatro unidades sanitárias e uma unidade hospitalar situadas na zona economicamente mais próspera e, por isso mesmo, mais populosa do Estado, onde reinam as mais graves epidemias do nosso meio rural. Todas assistem o homem do campo paraibano com igual padrão técnico que já consagrou o SESP com magnífico exemplo de dedicação ao serviço, cujo rendimento corre parelhas com o inextinguível do seu apuro e a exatidão da ciência que aplica.

Nesse panorama o quadro de trabalho do SESP que, na Paraíba, me impressionou vivamente foi o Hospital de Alagôa Grande, pela perfeição das instalações, pelo esmero da higiene rigorosa de todas as suas dependências e por sua modelar administração entregue ao zelo e competência do Dr. Jacob Kiler, assessorado, por uma admirável equipe da melhor qualidade, que surpreende não apenas pelo grau da cultura técnica e científica que exibe, mas, sobretudo, pela maneira cristã e carinhosa, com que acolhe os seus doentes.

Como amostra dessa indelével impressão, colhida no contato pessoal que mantive com os dirigentes do Hospital de Alagôa Grande, trouxe comigo dados oficiais, que peço permissão ao Senado para revelar como índice de operosidade de uma organização, que se impõe à nossa simpatia e ao nosso apoio espontâneo, tanto pela produtividade, como pelo êxito de seus empreendimentos:

Sr. Presidente, observei que este hospital realmente um estabelecimento modelar, não possui uma ambulância para atender quer aos doentes da cidade, quer aos dos municípios vizinhos, como sejam Areia, Esplança, Alagôa Nova, Guarabira, etc. Se forem cortadas as verbas destinadas a esse Hospital, que tanto necessita de uma ambulância, será uma calamidade.

Acredito, porém, que isso não se verificará. O Sr. João Café Filho é homem da nossa região e conhece as nossas necessidades. Apesar de reconhecermos que o momento é aflitivo e que o Governo deve, na realidade, comprimir despesas superfluas, esperamos que tal não aconteça, com esse serviço de assistência social.

Os dados que vou ler não se referem ao 2.º semestre de 1954, mas sim ao primeiro, uma vez que a nossa visita se realizou em meados de outubro, não sendo, portanto, possível termos os elementos relativos ao 2.º semestre.

São os seguintes:

"UNIDADES SANITÁRIAS DE ALAGÔA GRANDE

Atividade dispensariada

(6 meses — 1954)

Total de comparecimento	9.637
Total de visitas às famílias pelo serviço de enfermagem	1.872
Consultas dadas em Assistência Médica	4.278
Medicações fornecidas	4.899
Pequenas intervenções	73
Curativos	534
Injeções aplicadas	2.561
Vacinas (atni-variólicas, anti-tíficas, anti-diftéricas, anti-coqueluche e anti-tetânicas)	751
Exames de laboratórios	3.084
Exames pré-natais	781
Exames a infantes (puericultura)	1.123
Crianças beneficiadas pelo lactário	260

Total de leite distribuído ao Serviço Dentário . . . 1.980.604
Total de comparecimentos ao Serviço Dentário . . . 1.208

UNIDADE HOSPITALAR DE ALAGÔA GRANDE — HOSPITAL

(6 meses)

Pacientes internados . . . 384
Partos . . . 132
Episiotomias . . . 25

UNIDADE HOSPITALAR DE ALAGÔA GRANDE — HOSPITAL

(6 meses)

Forceps . . . 2
Cesáreas . . . 13
Curetagens . . . 21
Apendicetomias . . . 16
Amputações . . . 8
Craneotomias . . . 1
Colecistectomias . . . 3
Explorações de orifícios de bala . . . 3
Hernioplastias . . . 9
Hemorrroidectomias . . . 2
Histerectomias . . . 2
Laparotomias exploradoras . . . 6
Perineoplastias . . . 10
Sapinectomias e coforectomias . . . 8
Anestésias (raque, local e geral) . . . 77
Ondas curtas e ultra violeta . . . 121
Oxigenioterapia (aplicações) . . . 38

Esta é a síntese do trabalho apenas em um semestre. Mas pela análise vê-se o imenso, o incalculável bem que essa entidade assistencial tem prestado ao povo de Brejo paraibano.

Por todas essas razões, Sr. Presidente, e pelo temor de ver cair a marcha ascendente de bons serviços como os do SESP, na Paraíba, e outros de expressiva significação para a assistência social do nosso povo, pelo Brasil em fora — é que resolvi desta Tribuna dirigir caloroso apelo ao Poder Executivo, ou, melhor precisando, aos Srs. Presidente Café Filho e Ministro Eugênio Gudin, para que não pensem, no anunciado plano de economia orçamentária, em cortar verbas destinadas à assistência social, o que seria o mesmo que relegar ao abandono e à miséria milhares de patrióticos nossos, colaborando com a ruinosa obra de desvalorização material e espiritual do homem brasileiro. (Muito bem; muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a Hora do Expediente. Tem a palavra o nobre Senador Guilherme Malaquias, quarto orador inscrito.

O SR. GUILHERME MALAQUIAS:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, completei, ontem, 21 anos de existência a Rádio Roquette Pinto. Como representante do Distrito Federal, não me era possível deixar passar a data sem dizer algumas palavras, a fim de assinalar a ação eficiente dessa Rádio Emissora oficial da Prefeitura, no seu âmbito de elevação cultural e na sua finalidade educacional.

Ostentando o nome do pioneiro da radiodifusão no Brasil, aquele que considerava o rádio uma escola para os que não têm escolas, tem a "Roquette Pinto", nestes vinte anos de existência, enfrentado uma série de dificuldades — como todo órgão público — vencendo-as galhardamente. Não é possível comparar-se estatisticamente, por números, os resultados de sua campanha educacional, dos frutos que advindos de seu plano cultural, e os obtidos por qualquer outro sistema de divulgação. Só o tempo revela os louros colhidos.

Durante esse largo período de tempo, tem a "Roquette Pinto" procurado elevar o nível educacional especialmente o artístico, dos seus ouvintes. Além da irradiação normal de seus programas de cultura e música, empenha-se em difundir informações

úteis, quer no campo sanitário, quer no da educação propriamente dita.

Quando servi no Departamento de Higiene da Prefeitura, organizei uma série de conferências, que eram transmitidas pela "Rádio Roquette Pinto". Com a colaboração de vários colegas, em palavras simples e acessíveis aos que nos dirigiamos, para que fossem bem compreendidas pelos leigos, cogitamos dos problemas sanitários do Distrito Federal e demos conselhos à população sobre como se defender de doenças infecto-contagiosas.

Conferências sobre doenças venéreas, sífilis, lepra e outras moléstias contagiosas, foram irradiadas, durante as quais oferecemos conselhos gerais do ponto de vista sanitário.

Grandes nomes da cultura nacional e estrangeira têm ocupado o microfone da Emissora da Prefeitura para debater assuntos que têm constituído para elevar o nível intelectual da população.

Ontem, numa festividade simples, comemorou-se a maioridade da "Roquette Pinto", que, prosseguindo em sua carreira ascensional, sem dúvida, continuará a refletir os benéficos efeitos de sua ação entre a gente desta terra.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. GUILHERME MALAQUIAS — Com todo prazer.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Associe-me à manifestação de simpatia, de V. Ex.ª pelo transcurso de mais um aniversário da Rádio Roquette Pinto, sobretudo porque é justa essa emissora vem desenvolvendo um programa educativo e cultural, da maior relevância. Desta sorte, têm minha inteira solidariedade as palavras de V. Ex.ª.

O SR. GUILHERME MALAQUIAS — Muito obrigado a V. Ex.ª. Realmente, sensibilizam-me as palavras do nobre colega Kerginaldo Cavalcanti. Homem de atitudes, nacionalista, ardoroso defensor de seus pontos de vista cuja passagem por esta Casa tem-se marcado pela independência da palavra.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Obrigado a V. Ex.ª por essa gentileza, que muito me desvanece.

O SR. GUILHERME MALAQUIAS — ... seus apertes em corroboração aos conceitos do orador são sempre motivo de satisfação.

Sr. Presidente, está a Rádio Roquette Pinto sob a direção de um jornalista conhecido desta Casa, — Sr. Castelo Branco.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Muito brilhante jornalista.

O SR. GUILHERME MALAQUIAS — S. Sa. associa à vibração natural do jornalista diário aquela que desperta a outra espécie de jornalismo, — jornal falado do rádio. E desta forma, com o sangue novo que tem de receber, a Rádio Roquette Pinto cuja atuação tem sido das mais brilhantes no terreno científico, cultural e cívico, coloca-se na posição elevada em que se situam suas congêneres mais adiantadas do mundo, e certamente virá a prestar serviços ainda mais relevantes ao País.

Felicito desta tribuna aqueles que lá mourejam, e me congratulo com o Sr. Prefeito pela felicidade da entrega da direção daquela emissora e aos que a idealizaram, cultuando a memória do seu patrono, o inextinguível Professor Roquette Pinto. (Muito bem. Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Fim da hora do Expediente passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de apenas 28 Senhores Senadores.

Não há número para votação

SOM DEBATES, FICAM COM A DISCUSSÃO ÚICA ENCERRADA E A VOTAÇÃO ADIADA, POR FALTA DE NÚMERO, AS SEGUINTE MATERIAS.

— Projeto de Lei da Câmara n. 187, de 1954, que concede abono de emergência aos aposentados e pensionistas do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, e dá outras providências. Pareceres favoráveis: da Comissão de Serviço Público Civil (número 1.100, de 1954); da Comissão de Finanças n. 1.101, de 1954.

— Projeto de Resolução n. 54, de 1954, oferecido pela Comissão Diretora, que concede licença a Sebastião Veiga para aceitar bolsas de estudos concedida pelo Governo norte-americano.

— Redação Final (oferecida pela Comissão em seu Parecer de Redação n. 1.123, de 1954), das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 52, de 1954, que dispõe sobre a Rede Ferroviária do Nordeste.

— Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n. 1.125, de 1954) das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 268, de 1953, que cria, no Exército, o Quadro de Auxiliares de Administração.

O SR. PRESIDENTE:

Está esgotada a Ordem do Dia. Não há oradores inscritos (Pausa). Nada mais havendo a tratar vou encerrar a sessão, designando para a de terça-feira próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 187, de 1954, que concede abono de emergência aos aposentados e pensionistas do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, e dá outras providências. Pareceres favoráveis: da Comissão de Serviço Público Civil (n.º 1.100, de 1954); da Comissão de Finanças, n.º 1.101, de 1954.

Votação, em discussão única, do Projeto de Resolução n.º 54, de 1954, oferecido pela Comissão Diretora, que concede licença a Sebastião Veiga para aceitar bolsa de estudos concedida pelo Governo norte-americano.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 1.123, de 1954) das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 52, de 1954, que dispõe sobre a Rede Ferroviária do Nordeste.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 1.125, de 1954) das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 268, de 1953, que cria, no Exército, o Quadro de Auxiliares de Administração.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 257, de 1954, que autoriza o Tesouro Nacional a adquirir partes beneficiárias da Cia. Hidro-Elétrica do São Francisco (em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º do Regimento Interno, em virtude da aprovação, em 5 de janeiro de 1955, do Requerimento n.º 2, de 1955, do Sr. Apolônio Sales e outros Srs. Senadores), dependente de pareceres das Comissões de Economia e de Finanças.

Discussão única da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 1.124, de 1954) da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 231, de 1954, que regula a contribuição devida ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas.

Discussão única do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 240, de 1954, pela qual o Sr. Presidente da República submete à aprovação do Senado a escolha do diplomata Heitor Lira para o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Governo de Portugal.

Encerra-se a sessão às 15 horas e 30 minutos.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR NEVES DA ROCHA NA SESSÃO DE 5 DE JANEIRO DE 1955:

SR. NEVES DA ROCHA:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, sob o título "O rompimento do Barragem do Sobradinho" tivemos oportunidade de tomar conhecimento, através da edição de ontem, do vespertino "O Globo", de informações prestadas à imprensa local pelo Coronel Aristóbulo Rocha, atual Diretor da Comissão do Vale do São Francisco, de referência ao acidente ultimamente ocorrido na "Barragem do Sobradinho", onde, em consequência da última cheia, danificando-se o enrocamento de Jusante da aludida Barragem, o rio abriu um canal na ombreira direita, sobre a ilha de Cachoeira, nada sofrendo, no entanto, as comportas e a "eclusa" propriamente dita, por onde se faz o tráfego fluvial, no trecho de navegação mais perigoso do denominado "médio São Francisco". Isto é, nos 47 quilômetros entre a Cachoeira do Sobradinho e Juazeiro.

Segundo a palavra autorizada do referido profissional poderá a navegação, nesse trecho, se tornar precária e até mesmo impraticável na próxima estiagem, durante o tempo necessário ao refazimento do enrocamento danificado.

Como tivemos o ensejo, Sr. Presidente, de relatar há poucos dias neste Senado, o projeto de Lei da Câmara n.º 218 de 1954 que dispõe sobre o plano geral de aproveitamento econômico do Vale do São Francisco julgamos oportuno citar alguns tópicos do nosso relatório, onde focalizamos aspectos de interesse vital para a região, especialmente os que dizem respeito às condições de navegabilidade do rio e vias de comunicação ligadas ao grande Vale, assuntos que bem de perto se relacionam com o acidente ultimamente ali ocorrido. Devemos, entretanto, ressaltar, de logo, que, para a regularização do regime hidrológico do S. Francisco, ao qual estão diretamente ligados os problemas da melhoria de navegabilidade, irrigação e eletrificação, nunca julgamos primordial a construção das obras de Sobradinho, conquanto constituíssem, a nosso ver, trabalhos necessários, por isso mesmo que beneficiam diretamente a uma faixa navegável de 47 quilômetros — entre Cachoeira de Sobradinho e Juazeiro, onde se acham localizados os principais obstáculos à navegação fluvial do grande rio, e melhoram ainda as condições de navegabilidade de um trecho de cerca de 139 quilômetros — entre Juazeiro e Oliveira.

Concomitantemente, porém, outras grandes obras se fazem imprescindíveis para a solução do problema fundamental do Vale — a regularização do seu regime fluvial, desde que o médio S. Francisco tem 1.370 quilômetros de curso entre Juazeiro e Pirapora, sem contarmos com os seus afluentes navegáveis — Rio Grande, Rio Preto (afluente deste último), Rio Corrente e Rio Paracatu, que perfazem um total de cerca de 2.500 quilômetros.

Sekamos licito lembrarmos que são quatro as principais linhas de navegação do médio São Francisco: Juazeiro — Pirapora (a principal)

Juazeiro — Barreiras (no Rio Grande).

Juazeiro — Santa Maria da Vitória (no Rio Corrente) e.

Juazeiro — Ibitipuba, ex-Santa Rita, no Rio Preto (afluente do Rio Grande), além de pequeno trecho navegável no fertilíssimo Vale do Paracatu.

Na estiagem, como sabemos, torna-se demasiadamente precária a navegação em qualquer dessas linhas. Daí, a justificativa maior para a regularização do regime fluvial, em toda a extensão navegável, como problema básico da recuperação planejada.

Permita-nos, Sr. Presidente, neste ponto, citarmos, como havíamos prometido, alguns trechos do relatório a que aludimos:

"O aproveitamento do Vale do São Francisco é assunto de real transcendência considerado dos pontos de vista técnico, econômico e financeiro, por afetar interesses vitais de imensa região do País, cuja, de toda a Nação:

A recuperação, que se tem em mente, realizar decorre, é certo, de aspirações governamentais...

O Sr. Gomes de Oliveira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. NEVES DA ROCHA — Com todo o prazer.

O Sr. Gomes de Oliveira — A propósito, li, hoje, entrevista, — se me não engano do Sr. Kerra, assistente técnico do grupo Light — na qual se referia, justamente, às possibilidades do Vale, com o aproveitamento da energia não só para irrigação como, também, para utilização da agricultura.

O SR. NEVES DA ROCHA — Exatamente, isto, meu nobre colega, ressaltaremos em alguns trechos do trabalho que vamos expor. Como dizíamos, a recuperação que se tem em mente realizar decorre é certo, de aspirações governamentais, mas, antes de tudo, de justiça é ressaltar, porém de clarividência, de acertadas medidas concretizadas em resoluções tomadas pelos Srs. Constituintes de 1946, quando, na elaboração da Magna Carta, promulgada a 18 de setembro daquele ano, previram, pelo disposto no já citado artigo, os recursos necessários a tarefa de tal envergadura, fixando e determinando a aplicação de quantia anual não inferior a 1% das rendas tributárias federais, na referida recuperação e num período mínimo de vinte anos, a partir de 1951, consoante programas quinzenais apresentados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, no início de cada Sessão Legislativa para necessária aprovação, constando taxativamente do Decretamento Geral para cada exercício financeiro a obrigação de não poder, em nenhum caso, a importância total das dotações anuais ser inferior à percentagem prevista.

A Comissão do Vale do São Francisco foi criada pela Lei 541, de 15 de dezembro de 1948, tendo por finalidade dar cumprimento ao dispositivo Constitucional, isto é, elaborar o grande plano de trabalho orientar a sua ação e executá-lo, enfim, conforme acentua a própria Mensagem Presidencial, que acompanha o Projeto.

Bem se compreende não ser exagerada tal previsão, levando-se em conta a amplitude e complexidade do plano traçado.

Antes da criação da Comissão do Vale do São Francisco o Governo da República, com o fito de não retardar o começo da grande obra que se tinha em vista empreender iniciou a execução do chamado plano de emergência, a cargo dos órgãos ministeriais, competentes, plano ultimado pela própria Comissão do Vale, que fixou, dentre outros, os seguintes tra-

balhos a serem realizados no plano definitivo da recuperação:

a — regularização do regime fluvial;
b — controle e utilização das águas;
c — melhoramento das condições de navegabilidade do rio, de sua barra e de seus afluentes;

d — aproveitamento do potencial hidro-elétrico;

e — desenvolvimento da irrigação e açudagem;

f — aparelhamento dos portos fluviais;

g — ampliação do sistema regional de transportes;

h — melhoria do tráfego fluvial;

i — ampliação da rede de comunicações;

j — saneamento dos núcleos urbanos e das zonas rurais;

k — proteção das localidades ribeirinhas e das margens dos rios contra as inundações e erosões;

l — urbanização regional;

m — exploração e conservação das riquezas minerais;

n — reflorestamento e aproveitamento e aproveitamento racional das terras;

o — fomento da produção;

p — incremento da irrigação e colonização;

q — educação e ensino profissional;

r — amparo à saúde e assistência às populações e a defesa dos interesses coletivos, inclusive pela desapropriação das áreas necessárias;

É fácil de se compreender que, preliminarmente, como serviço de base, os nossos profissionais teriam que lançar suas vistas para o primeiro item da série a que nos reportamos linhas acima, isto é, "a regularização do regime fluvial do rio e de seus afluentes principais e entregando, de logo, a detalhados estudos sobre a sua vasta bacia hidrográfica, ponto de partida para fixação de orientação a todos os demais trabalhos subsequentes — especialmente os que dizem respeito aos primeiros itens enumerados.

Sobre tão palpitante assunto aqui transcrevemos palavras que traduzem a opinião do abalizado profissional professor Maurício Joppert, em depoimento prestado à comissão parlamentar do São Francisco.

Elas: "Tratando-se do Vale do São Francisco devo frisar de início que o problema deve "ser considerado sob três aspectos: o da navegação — o do aproveitamento da água para irrigação e o da energia hidro-elétrica".

"No momento o que me parece pedir socorro urgente, como se diz em linguagem vulgar é a navegação do rio. Ela tem se desenvolvido lentamente e modestamente, apesar das solicitações feitas pelo progresso geral do vale em vista das condições precárias do rio".

"Em segundo lugar, deve-se pensar no aproveitamento da energia hidráulica, onde for possível, isto é, onde o rio tiver condições naturais favoráveis, bastando instalar a turbina, como em Itaparica e Paulo Afonso".

"A primeira cachoeira — a meu ver, seria interessante para a eletrificação não só da Estrada de Ferro que já existe, como das projetadas, providências que se impõe numa região semi-árida como esta, desprovida de combustíveis e onde a indústria de lenha devasta as florestas paupérrimas".

Esta opinião foi corroborada pelo saudoso e eminente engenheiro Henrique de Novais, um dos mais acirrados estudiosos do problema do São Francisco, que, num dos inflamados discursos proferidos neste Senado, assim se manifestou:

"No São Francisco há mais que o essencial para uma moderna civilização, um curso d'água volumoso, que com seus afluentes se pode

construir rede de navegação interior de mais de "2.500" quilômetros; terras marginais que, tecnicamente aproveitadas, constituirão, como o vale do Jaguaribe, uma nova Califórnia; energia incalculável porque o rio é um rosário contínuo de potencial hidráulico, que nas suas próprias margens poderá ser utilizado, a distância zero, como afirmou o ilustre engenheiro Magalhães Rodrigues, isto é, sem os precalços, os dispendios e inconvenientes sem número das longínquas transmissões de alta voltagem e fraca densidade de corrente".

Há sobretudo gente no grandioso vale, um inesgotável capital humano que somente Deus pode formar..."

Tudo nos leva a crer que convenientemente estruturado o plano a se executar será de efeitos imediatos formidáveis e, assim, não poderá sofrer, jamais soluções de continuidade".

Henrique de Novais sempre se externou sobre os problemas do São Francisco, considerando-os ligados à tripla solução — navegabilidade — irrigação e eletrificação.

"O problema de maior urgência é o da navegação".

"Fator geográfico reconhecido como causa determinante da unidade nacional o Rio São Francisco, perdendo as suas condições de navegabilidade, abandona o seu papel histórico e os descendentes dos pioneiros dos currais do século 7.º e 8.º são já obrigados a tomar diretrizes diametralmente opostas às dos seus ancestrais, regressando ao litoral em busca de melhores elementos de subsistência, levando-nos a recuar a absorção pelo caldeamento da sub-raça forte e estável que conquistou os sertões e constituiu a grandeza do Brasil. A navegação a vapor do São Francisco torna-se cada dia mais periclitante.

Pequenas embarcações de fundo crato, acionadas por uma roda à pópa, calando apenas 60 centímetros e conduzindo uma carga máxima de 60T arrastam a quilha pela areia, durante "as secas, em vários pontos e são, maior parte das vezes, obrigadas a baldear sua carga em Sobradinho para embarcações menores, porque o rio já não oferece condições para ser navegado, mesmo por tão diminutas unidades.

Sobradinho é, assim, o maior obstáculo encontrado pela navegação entre Pirapora e Juazeiro".

Em sua primorosa obra, intitulada — "A Energia Hidráulica, a Viação e o Problema das Secas na Bahia" o saudoso professor Américo Simas — notável engenheiro baiano assim se externou:

"A navegação do Rio São Francisco para se tornar franca em qualquer época do ano precisa de obras importantes. Ao nosso ver tais melhoramentos devem consistir em barragens móveis de 2,3 e 4 metros de altura, de comportas metálicas ou de madeira, verticais, equilibradas por contrapesos e que possam ser levantadas por guinchos, acionados por motores elétricos.

"As barragens, que deverão ser construídas em pontos convenientemente escolhidos, permitirão navegação franca em qualquer época do ano, terão em uma das margens uma eclusa e na outro, uma central — hidro-elétrica, de 30 a 50 mil cavalos — vapor da potência instalada, ficando a distância de 150 a 200 quilômetros, mais ou menos, uma das outras, podendo contribuir para irrigação e distribuição d'água na região e fornecer energia elétrica para as ferrovias e rodovias; indústria e iluminação".

"Tendo iniciado tal sistema pela Cachoeira de Sobradinho, que é o trecho onde a navegação é mais difícil, o rio tornar-se-á mais navegável, podendo os vapores, em qual-

quer época do ano, trafegar de Juazeiro a Pirapora". Como, além da navegação tais centrais-elétricas devem fornecer energia para elevação d'água para irrigação das regiões semi-áridas é indispensável prever tais trabalhos".

"O aumento do calado dos vapores que têm de trafegar no rio permite aumentar a sua tonelagem, tornando mais econômico o transporte de mercadorias e mais confortável o de passageiros, e, pela maior facilidade da navegação, poderão ter maiores dimensões e trafegar à noite".

"Melhorada e ampliada a navegação do São Francisco o surto da Bacia do grande rio será formidável, desde que a parte navegável seja atingida em mais dois pontos — Barra — Xique-Xique ou Morpará e Carinhonha (Malhada), por linha férrea que leve a produção das zonas aos portos do litoral, economicamente".

Em 1936 já dizia o talentoso engenheiro Agenor Miranda, em sua obra intitulada "O Rio São Francisco":

"Aconselho para o São Francisco, como meio de fixar o homem ao seu solo — o homem sadio, o que emigra, o seguinte:

a) o aproveitamento de todas as suas forças hidráulicas como base do grande desenvolvimento industrial do nosso vasto interior;

b) a feitura de uma rede de canais de irrigação necessária à modernização de sua obra agrícola.

O homem forte sai para fixar-se em outros meios onde há progresso e conforto que ele supõe o seu meio nunca lhe poderá dar.

A natureza já fez tudo o que poderia e agora o homem tem que intervir, com meios novos de ação para dar às suas populações descrentes elementos para outra vida".

"Será na industrialização intensiva desses sertões e na irrigação sistemática das terras que se poderão encontrar os meios eficazes de trabalho sedutor para populações que desejam progredir e a industrialização de todos os favores que a natureza já fez, quase sem o esforço humano, deverá ter como base o aproveitamento de suas forças hidráulicas, em um plano de grande envergadura, baseado na eletrificação, como fator industrial e irrigação, como fator agrícola".

O plano está lançado, os serviços estão iniciados, os recursos previstos, e não nos cabe duvidar dos resultados a advir especialmente se nos reportarmos aos grandiosos trabalhos que outros povos têm conseguido à custa do esforço, da capacidade e da tenacidade dos seus grandes técnicos.

Lancemos as vistas para as portentosas obras, que, no gênero, executaram os ingleses no Egito e na Índia, os franceses em Marrocos, na Argélia e os americanos, nas obras de recuperação do "Vale do Tennessee".

Estas últimas tão conhecidas de nosso eminente colega o Senador Apolônio Sales, que tem prestado aos pais inestimáveis serviços, sendo o pioneiro dos trabalhos de eletrificação de "Paulo Afonso".

O sr. Gomes de Oliveira — Muito bem.

O SR. NEVES DA ROCHA — Neste momento, rendo minhas homenagens ao nobre Senador.

O sr. Gomes de Oliveira — Tive ocasião de acompanhar o trabalho do nobre Senador Apolônio Sales, no sentido de efetivação desse plano, com a organização da Companhia, que já havia deixado praticamente organizada em 3 de outubro de 1945.

O sr. Apolônio Sales — Obrigado aos nobres colegas.

O SR. NEVES DA ROCHA — Muitos não são os encontros que faço à atuação do nobre Senador Apolônio Sales, neste momento porque a obra monumental de Paulo Afonso, não foi, por assim dizer, ligada ao plano ge-

ral de aproveitamento econômico do São Francisco, de que vamos nos ocupando.

Sr. Presidente, vou continuar a série de considerações que venho fazendo:

E fora de dúvida portanto, que esquemmatizados ficaram por ilustres profissionais os problemas básicos para recuperação do magnífico rio São Francisco, antes de se pôr mãos à obra da recuperação do grande Vale.

Ninguém ignora que o São Francisco esta sujeito na época da estiagem a grandes vazantes, quando se apresenta seu trecho médio em condições de navegabilidade muito precária e quasi impraticável.

Ao revés disso, na época das chuvas torrenciais transforma-se num rio caudaloso, possível, não raro de terríveis enchentes, trazendo, em des, seguidas de um sinistro cortejo consequência, verdadeiras calamidades de prejuízos e devastações destruindo habitações, arrasando lavouras dizimando criações, ceifando vidas preciosas.

Na função de Diretor do Departamento de Viação do Estado da Bahia em viagem de inspeção realizada em 1950 aos serviços afetos à viação Baiana do São Francisco, tivemos oportunidade de percorrer os 1.379 quilômetros que constituem o trecho navegável do considerado — meio São Francisco — entre as cidades de Juazeiro e Pirapora, em época de estiagem num dos maiores navios-gaiola da V.B.S.F., podendo, de perto, sentir as necessidades prementes, de um lado, e as grandes possibilidades, de outro lado que se focalizam no esplêndido cenário do "Nilo Brasileiro", assim chamado desde Von Marcius, por isso que à maneira do "Nilo africano" apresenta o portentoso Vale elementos de tal magnitude para sua recuperação econômica, que não é otimismo se acreditar em constituir o São Francisco fator potencial de incalculáveis energias para o desenvolvimento da região a que serve.

Essa viagem, considerada quasi normal pelos fluviais que nos acompanharam como tripulantes, foi por nós classificada como plena de peripécias pelos constantes encaixes sofridos, dia por dia, em consequência da estiagem e más condições de navegabilidade do rio.

Foi-nos relatado o acidente sofrido por uma das melhores unidades da Frota baiana que, em determinada ocasião, permaneceu encalhada cerca de doze meses à espera de água para poder sair-se e prosseguir viagem.

Pode-se avaliar o prejuízo que tais fatos acarretam às Empresas de Navegação e ao público, de quem não dependem as providências a serem tomadas para a normalidade desejada.

O trajeto Juazeiro-Pirapora feito em treze longos dias, sujeito ao desconforto que oferecem as atuais unidades do tráfego fluvial, deu-nos oportunidade de recolhemos tais impressões. Na época das cheias esse trajeto poderá ser feito, numa média de seis dias, sendo informações colhidas.

O sr. Apolônio Sales — V.Exa. dá licença para um aparte? (Assentimento do orador) — Vejo que V. Ex. está ressaltando muito bem o que significa para o Nordeste e para o interior do Brasil a navegação do Rio São Francisco. E dizer-se que agora se tenha o desprazer de saber-se que a principal obra de defesa da navegação, que é a eclusa de Sobradinho se acha inutilizada pelo menos por algum tempo. É realmente, de fazer dó! Entretanto, estou certo de que os técnicos hão de arranjar a melhor dessa situação.

maneira de diminuir os percalços.

O SR. NEVES DA ROCHA — Perfeitamente.

Abordarei este assunto dos danos causados ultimamente, à Cachoeira de Sobradinho e das providências no

sentido de que se normalize muito em breve tal situação.

Entrando em contato com as populações ribeirinhas, barranqueiros e fluviais auscultamos-lhes as necessidades e hábitos de vida, e sentimos estarem todos esperançosos de chegar a conhecer a prometida época de um futuro mais promissor.

É imperiosa a necessidade do Poder Público atender sollicitamente aos reclamos da região São franciscana, que, aliás, devemos confessar, já começa a colher os benéficos efeitos dos magníficos trabalhos em boa hora iniciados, mas, que têm de prosseguir em ritmo acceierado, como dever patriótico dos sossos dirigentes, pela recuperação total de tão promissora região.

Tornando ao assunto das precaríssimas condições de navegabilidade nos causaram os pilotos de navios que queremos nos referir à admiração que singram o rio, ante a prática demonstrada, a presentirem, quase que miraculosamente, a linha sinuosa do canal navegável para langarem os seus barcos, ciosos da responsabilidade que o dever lhes impõe, como fiéis seguradores das vidas que sob sua guarda conduzem ao bojo daquelas irações embarcações.

Como se descuidar da necessidade inadiável da regularização de navegabilidade tão precária?

Urge concomitantemente a melhora e obsoletas, sem apresentarem as miras das unidades em tráfego, arcaicas nimas condições de segurança e conforto.

Dai se justificar a providência imprescindível da unificação das empresas atuais, a serem controladas pela Comissão do Vale do São Francisco, com a organização de uma companhia mista para a exploração do tráfego fluvial.

—Oo—

Simultaneamente com as providências acima citadas, todos os esforços devem ser empregados no sentido de uma intensificação crescente no estabelecimento e desenvolvimento das demais vias de comunicação complementares — rodoviárias, ferroviárias e aeroviárias — a serem ligadas à rede de comunicações elaborada pelo plano Nacional de Viação, de modo a se resolver, plena e satisfatoriamente, o problema concernente a transportes, do qual depende, em grande parte, a solução dos demais itens do programa a ser executado, mesmo porque não se compreenderia que um País como o nosso, dispondo de oito e meio milhões de quilômetros quadrados de superfície, com uma população superior a cinquenta milhões de almas, cortado de Norte a Sul de caudalosos rios, navegáveis em grandes trechos extensas florestas, inexgotáveis riquezas, apresentando vales ubérrimos, zas no seu sub-solo, permaneça com todas as suas reservas de potencial, em estado latente, sem o devido aproveitamento, quando, por toda a parte, a natureza dadiosa nesafia a capacidade do homem, no sentido de despertar-lhe a ação para tornar este Brasil, um país progressista e feliz.

Mas, o São Francisco, em toda a extensão do seu maravilhoso vale, começa a sentir, que, afinal, se aproxima o dia da sua recuperação.

É para isso que o Poder Público — Legislativo e Executivo — conjuga esforços no sentido de ser atingido tal desideratum.

Teremos, então, de acordo com o plano estabelecido e se não houver soção de continuidade: as suas condições de navegabilidade melhoradas, pela construção de barragens e reservatórios no seu eixo principal e afluentes, pela proteção aos seus principais portos, não só para efeito das enchentes como também para mais segurança e facilidade à atracação de unidades; a irrigação e consequente transformação de regiões áridas em terras férteis, propícias à lavoura e

ao aumento da produção; as centrais-elétricas e respectivas linhas de transmissão a distribuir a energia propulsora para movimentar novas indústrias; a imigração e colonização, por se poder fixar o homem à terra, em face da transformação das condições de vida; o aumento da produção, cujo excesso não se perderá nos celeiros pelo fácil escoamento aos grandes centros, através das novas vias de comunicação; o intercâmbio de ideias entre o homem dos sertões e o de regiões mais cultas, pela ligação a melhores núcleos de civilização; a urbanização das cidades e adaptação a melhores condições de conforto e de vida; o saneamento rural; a drenagem dos lugares insalubres; a saúde e assistência social às populações ribeirinhas; a educação e a cultura.

Pelos elementos que nos foi dado examinar e conhecer, o Plano Geral para o aproveitamento econômico do Vale do São Francisco prevê, na parte relativa ao melhoramento das condições de navegabilidade do rio, em linhas gerais, o seguinte:

a) aumento de tirante, no trecho entre Pirapora e Juazeiro, para obtenção da profundidade mínima de 1,50 m que permitirá, com folga, a substituição dos navios le roda pelos de hélice e o emprego, em condições satisfatórias, de embarcações movidas a óleo Diesel, com capacidade para 500 toneladas.

Para a colimação desse objetivo torna-se recomendável a execução de um programa de melhoramentos ao longo do rio principal e seus afluentes navegáveis, mediante a execução de obras fixas, longitudinais e transversais, bem como de trabalhos de emergência, inclusive a dragagem periódica das passagens mais razas.

O projeto de tais melhoramentos será feito paulatinamente e segundo uma prioridade de construção, que deverá levar em conta o grau de necessidade imediata de cada obra.

O aumento do tirante, decorrência da regularização do regime do rio, será conseguido depois de construída a barragem de Três Marias, nas proximidades da foz do rio "Borrachudo" afluente da margem esquerda do São Francisco, cujo projeto já foi terminado. Essa grande barragem deverá não somente regularizar o regime do rio como ensejar a produção de 560.000 kw, indispensáveis ao consumo do norte do Estado de Minas Gerais e também da zona industrial de Belo Horizonte.

A Comissão está, no momento, tomando as primeiras providências para a realização dessa importante obra, a qual depende toda a recuperação do vale, pois o controle das cheias tem influência direta em todos os problemas de irrigação, saneamento, navegação, etc.

Previu-se, também, o derrocamento de trechos perigosos à navegação, principalmente da seção compreendida entre Cachorrinhos e Curralinho, com Santa Sé de permoio, onde serão escavados cerca de 20.000m3 de material no próximo exercício.

Prosseguem os estudos para balizamento do São Francisco, melhoramento básico para a segurança da navegação. O rio será dividido em seções de 200 quilômetros, em média, nas quais se instalarão residências dotadas de pessoal suficiente para a fiscalização dos sinais. Tal balizamento será feito com boias e sinais luminosos nas passagens mais perigosas, como as do Mantelga, Ressaca, Umburana e outras, já levantadas pelo Departamento de Portos.

Os estudos finais para a continuidade da navegação até a foz do São Francisco não estão terminados e demandarão ainda algum tempo.

Está fora de dúvida, no entanto, que, no momento, nada justifica o projeto de obras de vulto para a ligação do Médio ao Baixo São Francisco, no leito do rio, pois o volume

de mercadorias a transportar não justificaria o custo das despesas.

Nos afluentes do médio São Francisco a navegação é feita, nos rios Paracatu, Corrente, Grande e no rio Preto, afluente deste último. O Urutua, Carinhonha, Rio Verde e Rio das Velhas são navegáveis em pequenos trechos. O aproveitamento desses rios como vias navegáveis regulares ainda não foi totalmente esquematizado, por isso que depende de estudos demorados, ligados principalmente à fixação do tirante definitivo do rio principal, o que só será feito depois da construção da grande barragem de Três Marias. Como melhoramentos iniciais está prevista a limpeza desses cursos e remoção dos obstáculos à navegação.

No rio das Velhas a Comissão do Vale resolveu adiantar os estudos para melhoria das condições de navegação no seu curso e produção de energia elétrica em desníveis, como o de Raul Soares, Baldim e Jequitibá. O projeto completo do aproveitamento racional desse rio, tão necessário à economia do norte de Minas Gerais, está em via de conclusão, porém a fase de obras somente será considerada no quinquênio a iniciar-se em 1956.

PROTEÇÃO DE MARGENS

A proteção das margens contra as inundações periódicas do rio será naturalmente resolvida com a regularização do regime, depois de construída a barragem de Três Marias. Regularizada a descarga, com o armazenamento das cheias, as variações de nível ao longo do rio serão mínimas e de cotas previamente determinadas.

Isso conseguido poderão ser projetadas obras definitivas para a proteção das margens, inclusive as estruturas para atracação de navios. Como medidas preliminares, para evitar-se que o rio continuasse a derrocar os barrancos de várias cidades ribeirinhas, acarretando o desaparecimento das ruas mais próximas à corrente, foram construídos, desde 1946, pelo Departamento de Portos, Rios e Canais, cais de proteção em alvenaria de pedra, em Pirapora, São Romão, São Francisco, Januária, Manga, Carinhonha, Lapa, Barra, Santa Maria da Vitória, Remanso, Paratinga, Xique-Xique e Juazeiro, o que vem, até o momento, preenchendo as suas finalidades.

IRRIGAÇÃO

Já está adiantada a carta de solos organizada para conhecimento da qualidade dos terrenos distribuídos pelo extenso vale do São Francisco.

O plano para desenvolvimento da irrigação prevê o aproveitamento gradativo das terras férteis a jusante dos grandes reservatórios que forem construídos para regularização do regime fluvial e, especialmente para a irrigação propriamente dita, como está sendo projetado nos vales do Paraca-

tú, Corrente e Grande. No Baixo São Francisco, com as obras de regularização do Boacica, Propriá, Betume e outros pequenos tributários (o que já está numa fase bem adiantada de trabalhos), grandes áreas serão aproveitadas, principalmente na cultura do arroz, sem os perigos de cheias súbitas ou vazantes demoradas, que tanto prejudicavam os agricultores nesse trecho do rio.

Centrais elétricas

Dos estudos já realizados chega-se à conclusão de que é apreciável o potencial de energia hidro-elétrica do São Francisco e de seus afluentes.

A potência que pode ser gerada na barragem de Três Marias e nos desníveis a jusante, até Pirapora, somada com os potenciais dos rios das Velhas, Parapoeba e outros, no curso superior, é avaliada em mais de um milhão de KW. O potencial dos rios Formoso e Corrente, na Bahia, já estudado, pela Comissão, é superior a 70.000 KW.

O trecho encachoeirado do Rio, tendo como desnível principal a queda de Paulo Afonso, pode proporcionar um aproveitamento, a fio d'água, de cerca de 2 milhões de KW, número que será aumentado depois de regularizado o regime.

No momento estuda-se o financiamento das obras da barragem de Três Marias, empreendimento máximo do programa, e constroem-se as usinas de Pandeiro, no Estado de Minas Gerais e Correntina, no Estado da Bahia, além de se promover a ampliação de um número regular de pequenas usinas já existentes, principalmente no Estado de Minas Gerais.

RODOVIAS

Está em plena execução o programa de construção de estradas de rodagem que ligarão as principais localidades do Vale aos sistemas de estradas executados pelos Governos estaduais e Governo Federal.

Tal programa foi organizado de comum acordo com as diretrizes do Conselho Rodoviário Nacional e a construção dos diferentes trechos vêm sendo realizada, em cada Estado, em regime de cooperação entre a Comissão e os respectivos Departamentos de Estradas de Rodagem.

Assim, em Minas Gerais, acham-se em construção os seguintes trechos: Januária — Montes Claros — Bocaiuva; São Francisco — Brasília — Coração de Jesus; Pirapora — Leal — Patos.

Na Bahia estão em execução as seguintes rodovias: Ilhéus-Bromado-Caitité-Lapa; Ipirá-M. do Chapéu-Irecê-Xique-Xique; Ibipetuba-Tagua-Cotegipe-Barra; Sítio do Mato-Santa-Santa Maria-Correntins; Remanso-São Raimundo Nonato.

Em Pernambuco: Petrolina — Casa Nova — Remanso; Petrolândia — Floresta — Jatimá — Cabrobó — Co-

ripé; Teixeira — São José do Egito — Afogados — Flores.

Em Alagoas: Santana do Ipanema e Pão de Açúcar.

Em Sergipe: as ligações de Garari, Porto da Folha e Parapitinga ao sistema rodoviário do Estado.

Depois de executado esse programa inicial voltar-se-á a atenção para uma segunda etapa de construções, cujos estudos de campo e levantamentos já foram iniciados.

FERROVIAS

Não foi estudado nenhum traçado específico de ferrovias para o Vale, julgando-se que os grandes troncos já considerados pelo Plano Geral de Viação Nacional servirão bem à região, se forem construídos alguns trechos de singular significação para o escoamento de zonas de grande potencial agrícola — industrial.

Dessa forma, é fundamental para a economia do Vale que sejam ultimados os trechos Itaíba — Mundo Novo — Palmeira dos Índios e Colégio, no norte, e entre Itabira e Belo Horizonte, em Minas Gerais.

Terminada essa primeira fase será interessante a conclusão dos trechos Pirapora — Formosa; Paulista — Teresina; Petrolina — Afogados, Petrolândia — Terra, além da melhoria dos ramais de Pirapora (Central do Brasil) e de Juazeiro (Leste Brasileiro).

TRANSPORTES AÉREOS

A rota do São Francisco, inicialmente aberta pelo Correio Aéreo Militar, está recebendo melhoramentos anuais, custeados pela Comissão do Vale.

Dessa forma, já foram construídas as novas pistas dos campos de Pirapora e Januária, aumentadas as pistas de Lapa e Petrolina, construída nova pista em Barra, além de instalações em outros campos.

Depois de remodelada a infraestrutura de todos os campos, serão os mesmos dotados de sinalização noturna adequada, aparelhagem de rádio, depósitos e todas as instalações modernas para a completa segurança de voo.

Terminado esse primeiro programa, far-se-á a construção de outros campos fora do eixo do rio principal, para ligar cidade afastadas ao sistema geral. Essa segunda fase compreenderá principalmente os campos de Paracatu, Caitité, Pão de Açúcar, Buritita, João Pinheiro, Urucua, Serra das Araras, Brasília, Sítio de Abadia, Correntina, Irecê e outros.

Concluindo estas considerações, Senhor Presidente, expendidas em consequência do recente acidente nas obras de Sobradinho queremos, nesta oportunidade, acentuar que, a vosso ver, a viga mestra do sistema articulado para a recuperação do Vale do S. Francisco, é a Barragem de Três Marias, a ser construída a montante de Pirapora, a qual, por si só, representará um volume aproximado de 5 bilhões de metros cúbicos d'água — o maior contingente para a regulariza-

ção do regime almejado — para a qual se prevê a necessidade de um repozamento total de cerca de 7 bilhões. A pequena Barragem de Sobradinho, com a respectiva eclusa (obra de muito menor vulto), construída com o fito de serem vencidos os 9 quilômetros de Cordeira, no trecho em que o rio passa de uma declividade média de 8 milímetros por quilômetro para 50 milímetros, — trecho mais perigoso à navegação — não foi levada em conta, do ponto de vista do volume armazenado e consequentes utilidades para fins de regularização prevista, e, sim para resolver ou minorar a situação da navegação local.

De referência ao assunto — transportes em geral, que tão de perto interessa o caso presente, cabe-nos acentuar que, dentre as ligações rodoviárias consideradas preferenciais ou de emergência, ao longo do Vale (sem falar nas de penetração para o interior ou para o litoral), sempre reputamos da maior importância e urgência a construção da rodovia Petrolina-Remanso, uma extensão de 200 quilômetros, servindo especialmente aos municípios de Juazeiro, Petrolina, Casa Nova, Santo Sé e Remanso, atravessando as respectivas sedes de município (exclusive Santo Sé), todas à margem do grande rio.

Esta via de acesso de vital importância para a facilidade de comunicações com esse trecho fluvial de navegação. Como de logo se depreende, construída em ótimas condições técnicas, já se acha em tráfego, faltando, todavia, ser concluído um pequeno ramal de 9 quilômetros de extensão — exatamente o trecho que ligará Santa ao Sobradinho à rodovia cima referida — o que importa dizer — Santa do Sobradinho — Juazeiro, num percurso de 47 quilômetros, a ser coberto em 40 minutos.

Interrompida, por qualquer motivo, a navegação fluvial no trecho acima aludido, o mais acidentado do rio, como temos acentuado, nenhum problema maior se criará senão o de fazer-se a baldeação de passageiros e mercadorias para veículos a tração por essa rodovia, pela qual através da portentosa ponte de concreto armado ligando Petrolina a Juazeiro — já em tráfego — se atingirá o ponto terminal da navegação do Médio S. Francisco.

Em face de tais considerações, Senhor Presidente, vimos, neste momento, formular desta Tribuna, como representante de um dos Estados mais beneficiados pelas obras de recuperação do Vale do S. Francisco, um veemente apelo às autoridades responsáveis, no sentido de serem intensificados, com o maior vigor, os trabalhos de conclusão do ramal em tela, a fim de serem evitados, talvez em dias muito próximos, prejuízos de monta a afetarem os altos interesses da grande região Sanfranciscana, quicá os da própria Nação.

Era o que tínhamos a dizer. — Senhor Presidente — (Muito bem; muito bem! Palmas).